

**MEMÓRIA, NARRATIVIDADE E SOCIALIZAÇÃO:
MANUTENÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL
NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS DE ARRAIAL DO CABO**

Manuela Chagas Manhães (UNEF, UNESA e CNEC)

manuelacmanhaes@hotmail.com

Júlio Esteves (UNEF)

julioesteves46@yahoo.com.br

RESUMO

Ao refletimos sobre as comunidades pesqueiras tradicionais encontramos aquele acervo cultural alicerçado em um contexto e orientador da constituição da identidade de resistência. Segundo Geertz (2015, p. 17) o objeto da etnografia é descrever e compreender “uma hierarquia estratificada de estruturas significantes”. Nesse sentido, é fundamental para que haja compreensão da importância da cultura a relação entre passado e presente, para que seja possível determinar tais estruturas significantes. A partir de estruturas significantes mediadas pela linguagem, há variações e novas variáveis de um sistema significado, que é compartilhado entre os membros da comunidade. Por isso, há adequação da identidade de resistência e de projetos na realidade social. Ou seja, compreendemos a relevância do conjunto de elementos culturais materiais e imateriais da mesma forma que suas transformações e reproduções. Eles são definidores do que o compõe e determinantes das especificidades desenvolvidas no contexto sócio histórico cultural. Devido a esse fato, esses elementos são recontados e reinterpretados permitindo a constituição da memória social individual e coletiva que está sempre sendo reconstruída, reinterpretada. A memória social está na contextualização histórica, formadora da comunidade e na dinâmica social, da comunidade pesqueiras tradicional, especificamente, de Arraial do Cabo, sobrevivendo às adversidades da Modernidade.

Palavras-chave:

Elementos estruturantes significativos. Narrativa e memória social

1. Introdução

Ao constataremos o papel integrador da linguagem, compreendemos que ela permite a interação entre os interlocutores, constituindo um grande acervo, de sedimentações coletivas. Estas são adquiridas e podem ser reinventadas e reinterpretadas diante das nuances vivenciadas pelo grupo, ou seja, pela própria dinâmica social. O fato é que pela relação dialógica e interação social o processo de socialização é praticado, tanto o primário quanto o secundário. A socialização forma o indivíduo a partir daquelas sedimentações coletivas construídas historicamente e passadas de geração em geração. Conforme Bosi (1994, p.49) a socialização é um exercício que

retoma determinados elementos, símbolos, gestos e palavras, que os retoma até a fixação, transformando-os em hábitos, em ações que estão dispostos no cotidiano. Dessa maneira, haveria a memória-hábito. Nas palavras da autora (1995, p. 49): “A memória-hábito faz parte de todo o nosso adestramento cultural”. Entretanto, num outro extremo, haveria a memória pura formada pelas lembranças, que compõe a ligação entre passado e presente. A partir desse pressuposto haveria, então, “as ressurreições do passado”, que se atualizam por meio da “imagem-lembrança”. Esta, por sua vez, “traz a tona a consciência um momento único, singular, não repetido, irreversível, da vida. Daí, também, o caráter, não mecânico, mas evocativo, do seu aparecimento por via da memória” (p.49). Neste aspecto haveria a distinção da própria vida, uma vida dita como contemplativa e a outra, a vida ativa.

A imagem-lembrança tem data certa: refere-se a uma situação definida, individualizada, ao passo que a memória-hábito já se incorporou às práticas do dia-a-dia. A memória-hábito parece fazer um só todo com a percepção do presente. A tipologia, vem, aliás, de longe: *vita contemplativa e vita activa*.(BOSI,1995, p. 49)

A socialização é um processo compreendido a partir dos quadros sociais preexistentes no meio social (aquelas sedimentações coletivas) e a existência das memórias. Estas memórias são perceptíveis nas interações da vida cotidiana e ganham novos contornos, sentidos, significações. Bosi (1995), por conseguinte, retoma a um dos clássicos da sociologia, Émile Durkheim, ao afirmar que o eixo das investigações sobre “*psique*” e o “*espírito*” provoca um deslocamento essencial para o sentido das funções que são representadas pelas ideias dos seres humanos ao exercerem suas representações no interior do grupo, por meio das relações sociais. Desse modo, haverá o predomínio do social sobre o individual¹⁰⁰, devido à alteração substancial dos fenômenos psicológicos como, a percepção, a consciência e a memória. Isso se deve a formação daqueles quadros sociais e culturais, que são condicionantes da socialização, tornando os atores sociais membros de um grupo, de uma comunidade específica, e numa perspectiva macro-social, de uma sociedade. Segundo Beger & Luckman (1985):

(...) o indivíduo não nasce membro de uma sociedade. Nasce com a predisposição para a sociabilidade e torna-se membro da sociedade. Por conseguinte,

¹⁰⁰ Tal fato pode ser considerado como base da teoria durkheimiana como definição do que são os fatos sociais. Neste aspecto Durkheim (1995) afirma que “os fatos sociais consistem em modos de agir, pensar e sentir, exteriores ao indivíduo e dotados de um poder coercitivo pelo qual lhe impõem” (DURKHEIM, 1995, p.20).

na vida de cada indivíduo existe uma sequência temporal no curso da qual é induzido a tomar parte na dialética da sociedade. O ponto inicial deste processo é a interiorização, a saber a apreensão ou interpretação imediata de um acontecimento objetivo como dotado de sentido, isto é, como manifestação de processos subjetivos de outrem, que desta maneira torna-se subjetivamente significativo para mim (...) Sem dúvida, este assumir em si mesmo constitui em certo sentido um processo original para cada organismo humano e o mundo, uma vez assumido pode ser modificado de maneira criadora ou (menos provavelmente) até recriado. Em qualquer caso, na forma complexa de interiorização, não somente compreendo os processos subjetivos momentâneos do outro, mas compreendo o mundo em que vive e esse mundo torna-se meu próprio. (BEGER; LUCKMAN, 1985, p.173)

Quando estabelecemos a relação da memória com o processo de socialização, é perceptível o papel de tais quadros sociais e culturais que são intermediados pela narrativa (BOSI, 1994, p. 53-4). O interessante na constituição desses quadros sociais e culturais é a constituição do reconhecimento social (HONNETH, 2009) em suas distintas dimensões. Isso é evidenciado quando o indivíduo é moldado pela realidade vivenciada nas instituições sociais. Sendo assim, a memória do indivíduo depende de suas relações com a família, com a classe social, com os diversos grupos sociais que convive. Em outras palavras, tais grupos são referências para esse ator social, para se tornar um membro da comunidade, sendo reconhecido e reconhecente. A socialização, então, acontece tendo a memória e a linguagem como instrumentos decisivos.

É por meio da linguagem que há aproximação dos espaços históricos e culturais. A linguagem também permite e redefinição dos quadros sociais e culturais. A linguagem permite uma relação de tempo, de causas e conseqüências, de motivações que moldam e identificam os pensamentos, as ações e a forma de se conceber e conceber o outro nessa realidade social.

2. *Narrativa, territorialidade e memória social e coletiva*

Sabe-se que a narrativa permite a relação dialógica e a convivência social. Partindo de tal afirmação, salientamos que o cotidiano é formado pelo contar histórias, preenchido pelas estórias e significações, tendo distintos narradores, que fazem um trabalho colaborativo, inclusive no ato de rememorar tais histórias, hábitos, costumes, imagens-lembranças. Logo, a narratividade é um grande instrumento de integração entre os membros da comunidade. Por meio das narrativas há o compartilhamento de imagens-lembranças, de recortes, dos elementos culturais materiais e imateriais, das

historicidades e de suas vivências. Estas podem ser ressignificadas, a partir de representações que estão dispostas no cotidiano, que, consequentemente, são redefinidas pelos narradores, da mesma forma, pelos receptores.

É efetuada uma relação dialógica, na qual ha inferência do novo contexto da nova realidade social, na constituição dos sentidos e das representações individuais. Neste aspecto, Bosi (1994, p.55) afirma que: “a menor alteração do ambiente atinge a qualidade íntima da memória. Por essa via, *Halbwachs* amarra a memória da pessoa á memória do grupo”. Os elementos, símbolos, tarefas sociais, então, constituem tanto a memória-hábito quanto a memória lembranças (memória pura), e, são fundamentais para a formação e co-existência das memórias social e coletiva, por pertencerem à historicidade da própria comunidade. Logo, compreendemos a memória, de maneira geral, como catalisadora entre os indivíduos e como a fonte de imagens-lembranças, objetos e significações que serão inspiradores, descritos e captados pelos sujeitos sociais através das relações sociais. Por outro lado, a memória seria definida também pelo seu caráter livre e excepcional. Isso define a fluidez da dinâmica social como processo definidor dos quadros sociais e da própria memória. Tal fato pode ser percebido na afirmação de Bosi (1994):

O caráter livre, quase onírico da memória, é segundo *Halbwachs*, excepcional. Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje as experiências do passado. A memória não é um sonho, é trabalho (...) a lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam a nossa consciência atual. (BOSI, 1994, p. 55)

Para Halbwachs (1990) cada memória individual pode ser considerada um ponto de vista sobre a memória coletiva. Nesse sentido, a unidade é formada por múltiplos. Assim, fazendo uma analogia a um romance, Bosi (1994, p.413) descreve a interseção desses diversos pontos de vista como um ponto de convergência fundamental para a constituição da memória social e coletiva. Nas palavras de Bosi (1994):

Nossos deslocamentos alteram esse ponto de vista: pertencer a novos grupos nos faz evocar lembranças significativas para este presente e sob a luz explicativa que convém à ação atual. Para localizar uma lembrança não basta um fio de Ariadne; é preciso desenrolar fios de meadas diversas, pois ela é o ponto de encontro de vários caminhos, é um ponto complexo de convergência dos muitos planos do nosso passado. (BOSI (1994, p. 413)

Segundo Reuter (2002) há vozes nas narrativas, pois ao narrar estaremos contando histórias, fatos, com diferentes perspectivas. Isso se

deve ao fato da percepção ter diferentes formatos, já que esta é intersubjetiva, depende do indivíduo, o que permite a construção das distintas significações. Nesse quadro, a relação entre os envolvidos em seu interior colabora com as impressões que têm diferentes prismas e estarão sendo mediadas pelos narradores. A narrativa evidencia uma maneira de contar histórias; ela é percorrida pelas memórias individuais, as quais corresponderão às formas de interpretar fatos do passado no presente e sua relação direta com o cotidiano. Dessa forma, o ato de narrar, é uma rememoração de fatos, acontecimentos que estarão no interior de um grupo, de uma comunidade. Funciona de maneira simbólica diante de sua própria construção. O ato de narrar tem elementos objetivos e subjetivos, encarnam denominadores comuns dos diversos membros envolvidos, e por isso, tais elementos podem ser considerados parte integrante da vida social na comunidade, e conseqüentemente, fundamentais para a memória social e coletiva.

O fato é que todas as narrativas sejam elas orais ou escritas, pessoais ou coletivas, oficiais ou não oficiais, são narrativas de identidades (ANDERSON *apud* ERRANTE, 2000, p.142). Nesse aspecto, Errante (2002, p.142) afirma que as narrativas são fontes da realidade social, construídas historicamente, e que o narrador, por sua vez, comunica como ele se percebe, assim como, percebe os demais e é percebido. Por conseguinte, o narrador alinha por meio das narrativas os grupos, ideais, valores e símbolos das suas representações externalizadas. Desse modo, há articulação das vozes narrativas à identidade; há articulação do narrador com o grupo e o meio em que vive (territorialidade).

Já Maluf (1999) ressalta que as narrativas são pessoais, mas, no entanto, acontecem num espaço (ambiente/territorialidade), em momentos específicos da interação social, e este, seria um dos motivos para podermos entendê-las como representantes do próprio *ethos* do grupo, no qual o ator social está inserido. Desse modo, ao falar de si, de suas memórias, recortes e lembranças, ou ainda, recontar histórias, que trazem representações da própria comunidade, significa que o indivíduo recai na esfera coletiva. Assim, por mais que sejam experiências singulares e íntimas, ao compor a narrativa, o sujeito social traz um aspecto essencial da afirmação de si e da demarcação simbólica da identidade cultural tanto individual quanto coletiva, a qual retrata a constituição da memória social e coletiva. Nesse sentido, Bosi (1994) afirma que:

As lembranças grupais se apóiam umas nas outras formando um sistema que subsiste enquanto puder sobreviver a memória grupal. Se por acaso

esquecermos, não basta que os outros testemunhem, comunicando e recebendo impressões para que nossas lembranças ganhem consistência. (BOSI, 1994, p. 414)

É nesse contexto que compreendemos a origem da palavra memória, que está associada à Deusa *Mnemosyne*. Essa Deusa, conhecida como musa inspiradora e protetora das Artes e da História estaria no caminho dos seres humanos por permitir que eles se comuniquem uns com os outros, assim como, tenham a recordação, possibilitando o sentido da sua existência entre seus pares. (LE GOFF, 2000, p. 21-44). Complementando Benjamin (1987) ao falar da deusa *Mnemosyne* afirma que ela é considerada como a deusa da reminiscência, e funda a cadeia de tradição, que transmite os acontecimentos de geração em geração. Desse modo, há a constituição da herança cultural, a qual pode ser considerada como a base para a concepção do sentido de memória social e coletiva. Nesse sentido, entendemos a relação da memória e da narratividade. Segundo Benjamin (1987, p. 211): “(...) ela tece a rede que em última instância todas as histórias constituem entre si. Uma se articula na outra, como demonstram todos os outros narradores”.

Em outras palavras, quando entendemos a palavra memória, estamos afirmando que a memória permite o ordenamento do mundo antes de existirmos, ela permite que a vida coletiva seja organizada, garantindo os modos de vida através de lembranças, vivências e compartilhamento de valores, rituais, tradições. Bosi (1994, p.66) salienta que a memória dos indivíduos é dependente do processo que leva a sua constituição. Sendo assim, seria um longo processo, pelo qual há determinação do que permanece e do que significa. Entretanto, a permanência dos elementos estruturantes significativos não é do mesmo modo, ou seja, às vezes quase intatos, mas em outros momentos são alterados.

Nesse contexto, Bosi (1994) afirma que a memória é uma construção social, e como tal, tem uma importância fundamental para os envolvidos daquele meio social. É nesse ponto, que a narrativa percorre a memória social e coletiva. Portanto, ela possibilita a definição de especificidades culturais, formadoras de seus elementos culturais, bens culturais e, porque não, patrimônios culturais das distintas comunidades que transitam entre os envolvidos por meio da narrativa. Candau (2016, p.31), então, ressalta a importância da memória social, ao afirmar que esta é composta por um conjunto de lembranças reconhecidas por um determinado grupo, em nosso caso, por uma determinada comunidade. Já a memória coletiva seria definida por lembranças comuns a um grupo, ou uma comunidade. Neste

contexto, em nossa análise, compreendemos a relevância da junção do sentido de ambas, para que entendamos como tais imagens, lembranças e recortes, fatos e acontecimentos se tornam elementos significantes que integram os membros na vida social dessa comunidade tradicional.

Entretanto, evidenciamos que a memória não permaneça inalterada, mas sim, ao longo da historicidade da comunidade, na qual há vivências e experiências sociais compartilhadas, a memória social e coletiva pode, em todos instantes, sofrer ressignificações e reinterpretções. Tais reinterpretções podem conter elementos da realidade social, mas também serão fictícias, já que há um processo de reinterpretção que percorre o imaginário social individual e coletivo, possibilitando distintas conotações, as quais são dadas pelos indivíduos envolvidos. No entanto, os elementos estruturantes significativos permitem a existência da significação e, por isso, compõem a as particularidades da comunidade, em nosso caso específico, na comunidade pesqueira artesanal de Arraial do Cabo. Isso se deve ao fato de tais elementos culturais serem compartilhados pela narrativa na dinâmica social, permitindo a constituição de sua representatividade e ressignificação.

Segundo Bosi (1994):

(...) na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, "tal como foi", e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor. (BOSI, 1994, p. 55)

Já Beger & Luckman (1985) afirmam, que a construção social da realidade se deve a formação do indivíduo no meio em que vive, favorecida pela objetividade do que é transmitido e subjetividade pela interpretação, que, por isso, ganha uma ressignificação. É factual a influência sobre o indivíduo pelas instituições sociais como a família, a religião, a organização da vida social, econômica e política, além de aspectos da própria vida cultural. A constituição da memória social e coletiva via a narrativa torna-se, assim, vivenciada pelos membros da comunidade, existindo um primeiro reconhecimento entre eles; a memória social e coletiva é intermediada por estas instituições. Nesse âmbito, há a constituição do elo entre os sujeitos sociais que permite que eles se reconheçam como pares,

havendo o sentimento de pertencimento. Desse modo, por mais, que haja diferentes formas de interpretar e representar a própria memória individualmente há pontos de interseções, que traduzem a identidade cultural seja de resistência ou/e de projetos do próprio grupo diante de uma nova realidade social.

Contudo, salientamos que em nenhum momento acreditamos que a narrativa seja uniforme. Ela é determinada por particularidades, as quais são influenciadas pelas lembranças e ressignificações dadas pelos distintos narradores, integrantes da comunidade, e, por conseguinte, pela identidade cultural. Halbwachs (1990) no diz que a memória não permanece inalterada, na verdade, a memória não reproduz de forma simétrica a imagem do que foi vivido, do passado, assim, na verdade, a memória é uma reconstituição, uma reprodução sobre o viés de pontos de vista e por isso, também, ficcional. Dessa forma, a memória social e coletiva se constrói por meio da interseção dos sujeitos sociais ao se relacionarem uns com os outros. Isso favorece a doação de sentido na relação entre o narrador e o ouvinte; ao passado existente no consciente e inconsciente dos indivíduos; A memória parte da relação com o presente e com a necessidade de conservação de histórias, ou seja, do que é narrado.

3. *As vozes da narrativa e a constituição da identidade cultural da comunidade pesqueira cabista*

São as memórias sociais e coletivas que permitem a redescoberta e redefinição da identidade cultural. Isso se deve à dinâmica vivenciada, pois possibilita que haja um acervo de detalhes do experimentado, do observado, de histórias e de lembranças das realidades sócio-históricas culturais da comunidade tradicional em questão, além de permitir a constituição de suas representações alusivas a tais realidades. Tal perspectiva, no que se refere ao nosso objeto de estudo, é respaldada também em Pereira (2013) ao afirmar que:

As lendas, as crônicas e os contos que repousam nas fontes folclóricas do mundo maravilhoso e do mundo mágico em nossa terra, têm como origem a espiritualidade e a irreverência de um povo que vivia a beira mar com o sublime propósito de inserir valores literários na cultura de nossa gente (...) os contos engraçados eram passados para as pessoas da pequena colônia de pescadores de nosso quarto distrito, e seduziam, principalmente, as crianças pela forma teatral como eram narrados. Acredita-se que alguns fatos existiram, outros não passam de criações imaginárias de um povo espiritualoso e participativo da história cultural e folclórica de Arraial do Cabo. (PEREIRA, 2013, p.9)

Segundo Benjamin (1987, p. 210-211) “a memória é a mais épica de todas as faculdades”. Logo, a Deusa *Mnemosyne* retorna à nossa reflexão, por ser ela a musa da narração. Benjamin (1987) salienta que a deusa da reminiscência permite a articulação de histórias. Nesse contexto, há articulação umas nas outras, do mesmo modo que há uma relação direta entre o narrador “contador de histórias” e o ouvinte, já que quem ouve uma história, ainda que rememorada, não está só, mas sim em companhia do narrador. Logo, a partir da narrativa podemos compreender a existência da interação social e o seu papel na integração desses atores sociais. Assim, há a articulação daqueles elementos significativos e fatos manifestados à memória social e coletiva, presentes na realidade social.

A narrativa é um discurso e enquanto discurso demonstra sentidos entre os interlocutores. Isso significa dizer que ao usarmos a linguagem como forma de manter nossas relações dialógicas, há mais do que transmissão de informações. Segundo Orlandi (2002, p.15), a linguagem além de transmitir informações com o discurso, forma um complexo processo na constituição de sujeitos sociais e seus sentidos, nos quais há identificação de tais sujeitos, há argumentações, subjetivações e construções da realidade social. Por isso, a linguagem permite que haja relações entre os sujeitos e os significados, assim como, os seus efeitos múltiplos e variados provocados na organização social. Para Orlandi (2002), é inegável que o tempo todo, os sujeitos sociais estejam envolvidos com a linguagem e as possibilidades de interpretações. Isso se deve ao fato da narratividade trazer em seu bojo objetos simbólicos que podem ser interpretados, ganhando sentido e representações no meio social. Nesse sentido, a linguagem traz consigo uma fluidez, um movimento de sentidos, diversidades e unidades, vestígios, trajetos, rememorações. Seja como for, estes movimentos representam o próprio ritual da palavra nas relações sociais, a qual compõe a capacidade do ser humano significar e significar-se. Nas palavras de Orlandi (2002, p. 15): “o trabalho simbólico do discurso está a base da produção da existência humana”.

Nesse contexto Bosi (1994, p. 84-85), partindo dos pressupostos de Walter Benjamin, analisa o ato de narrar. Sua reflexão ressalta que haveria dois tipos de narradores. O primeiro seria aquele que “vem de fora e narra suas viagens” (84). O segundo seria aquele que permanecer no seu lugar, na sua terra, ou seja, “conhece sua terra, seus conterrâneos, cujo passado o habita” (p.84). Assim, para Bosi (1994), o narrador, vence a distância em distintos espaços, está no cotidiano, não apenas nos livros. Nas palavras de Bosi (1994, P.85): “A arte da narração não está confinada nos

livros, seu veio épico é oral. O narrador tira o que narrar da própria experiência e a transforma em experiências dos que o escutam”.

É neste aspecto que compreendemos as possibilidades de interpretações, de (re) significações e da constituição da memória social e coletiva pela relação dialógica. Candau (2016, p.70-1) afirma que ao relacionarmos a memória e a constituição da narrativa, encontramos uma reorganização, uma articulação no fato de contar história. Tal articulação é baseada num processo de criação e interpretação, o qual parte do processo mnemônico. Assim, nos remetemos ao redimensionamento da própria memória social, coletiva e individual nessa comunidade tradicional de pesca. Nessa redefinição a comunidade pesqueira artesanal de Arraial do Cabo estaria realizando a articulação pela criação mnemônica. Logo, quando há o redimensionamento da própria memória social e coletiva, em que há a “apropriação do passado” há a essência da história, pois o narrador retoma aos fragmentados contados e definidores da memória social e coletiva, estando, aparentemente, ordenando tais fatos e elementos simbólicos com suas reinterpretações. Isso significa dizer que o narrador unifica os fatos e os torna coerente.

Entre o ouvinte e o narrador nasce uma relação baseada no interesse comum em conservar o narrado o que deve poder ser reproduzido. A memória é a faculdade épica por excelência. Não se pode perder, no deserto dos tempos, uma só gota da água irisada que, nômades, passamos do cômulo de uma para outra mão. A história deve reproduzir-se de geração a geração, gerar muitas outras, cujos os fios se cruzem, prolongando o original, puxado por outros dedos (...) o narrador está presente ao lado do ouvinte. Suas mãos, suas experiências, fazem gestos que sustentam a história, que dão asas aos fatos principados pela sua voz (CANDAU, 2016, p.70-1).

Nesse aspecto, encontramos os fatos ocorridos a partir da percepção, que são julgados como significativos no momento em que acontece a narrativa e a relação dialógica entre o narrador e o ouvinte. É nessa relação que intermedia a interação social que é possível vislumbrarmos a interpretação e a ressignificação dos elementos estruturantes significativos, compondo a historicidade de uma comunidade, assim como, sua identidade cultural. Nessa relação a narrativa sofre a ressignificação, que pode enfraquecer ou fortalecer o sentimento de pertencimento entre os membros da comunidade. Em outras palavras, a memória social e coletiva apenas mantém-se forte quando as identidades culturais permanecem fortes. E ainda que sejam modificadas, há as representações identitárias nas imagens

refletidas na linguagem, que ordenam e refazem o mundo da comunidade, permitindo a autodefinição (ou autoidentificação). Portanto, nas palavras de Candau (2016):

(...) restituições, ajustes, invenções, modificações, simplificações, sublimações, esquematizações, esquecimentos, censuras, resistências, não ditos, recusas, “vida sonhada”, ancoragens, interpretações, reinterpretações constituem a trama desse ato da memória que é excelente ilustração das estratégias identitárias que operam em toda narrativa (...) ele oferecerá, portanto, uma visão dos acontecimentos passados em parte transformada pelo presente ou, mais exatamente, pela posição que ele próprio ocupa nesse presente. (CANDAU, 2016, p. 71)

Percebemos a importância da memória social e coletiva para a construção da identidade cultural e, conseqüentemente, da realidade social da comunidade pesqueira cabista. Nessa realidade vivenciada cada sujeito social se torna um narrador. Seriam versões de histórias rememoradas e interpretadas. Estas são de suma relevância para que os sujeitos sociais possam garantir a existência de seus elementos estruturantes significativos e do que isso simboliza no seu mundo. Tais elementos permitem a coesão do grupo por meio do que seria rememorar, convergindo para o sentido da existência da memória social e da memória coletiva.

Por conseguinte, Candau (2016) salienta que a constituição da memória nunca é puramente individual, pois existe algo definidor que é o meio social, o qual incorpora os sistemas simbólicos comuns ao grupo. Dessa forma Candau (2016, p. 77) afirma que: “A forma do relato, que específica o ato de rememoração se ajusta imediatamente às condições coletivas de sua expressão, o sentimento do passado se modifica em função da sociedade”.

Nesse contexto, é sabido que aquelas comunidades em que encontramos um forte conhecimento entre seus membros – conhecimento que formam seus saberes – há o sentido de sua existência de maneira recíproca. Diante desse fato, tais comunidades seriam mais propícias a constituírem a memória social e coletiva e, assim, o sentimento que garante a sua organização social, ainda que sofram modificações. Isso é possível por existir a “escuta compartilhada”, a qual há a focalização de elementos comuns, assim como, acontecimentos, fatos que demonstram a relação entre as lembranças e suas representações do passado e sua rememoração. Desse modo, Candau (2016, p. 470) afirma que: “uma memória verdadeiramente compartilhada se constrói e reforça deliberadamente por triagens, acréscimos e eliminações feitas sobre as heranças”.

Prado (2002, p. 127) afirma que a palavra tradicional na comunidade de pesca cabista assume o significado de pertencimento a uma identidade que se orgulha do seu passado histórico. Desse modo, é muito comum, no dia adia encontrar entre os membros dessa comunidade a constituição de uma memória que traz o orgulho de sua historicidade e suas belezas naturais e dos saberes acumulados no ofício da pesca. Nas suas narrativas encontramos presentes a memória hábitos e memória lembrança articulando o seu modo de vida. Para estes sujeitos sociais saber nomes, apelidos, saberes e transmitir suas histórias, e assim, seus mitos, lendas, valores, tradições seria conjugar o sentido de ser cabista com denominadores comuns recheados de elementos culturais.

Em nenhum momento é negado à existência de memórias individuais. Ao contrário, a própria constituição da memória dita como social e coletiva só é possível a partir das memórias individuais. Quando estas, por sua vez, se abrem umas para as outras a partir de objetivos comuns e elementos significativos, existe um grande denominador comum que é coletivo. Ou seja, elas se integram, doando sentido e representação para a comunidade propriamente dita. Isso se deve aquela relação dialógica. Bosi (1994, p. 67), por sua vez, compreende que há uma elaboração grupal comum e que é decisiva para a constituição da memória social e coletiva.

Isto significa dizer que há a evocação¹⁰¹ de fatos narrados, de maneira que, há comunicação entre os membros da comunidade. Salientamos que por mais que haja a articulação das relações sociais ainda orientadas por aquela memória individual, as distintas memórias (memórias individuais) partem de um quadro social. Segundo Halbwachs (1990) esses quadros sociais são tão invisíveis quanto o ar que respiramos, e por isso, se fazem presentes na vida cotidiana de todos os membros pertencentes ao grupo, a comunidade. Assim sendo, há uma quadro social que é compartilhado pelos membros, o que permite as condições da abertura recíproca entre os envolvidos, a interrelação, e, portanto, a confluência entre as memórias. Esta é eixo norteador para a constituição da memória social e coletiva, a qual está presente no processo de socialização, possibilitando o reconhecimento social na dimensão comunitária por meio da cultura como um grande contexto.

¹⁰¹ Evocação, segundo Maurice Bloch (*Apud* CANDAU, 2016, p. 49), implica em uma comunicação com o outro, e no curso desse processo, a lembrança individual, sem cessar, submetida às transformações e reformulações, perde seu caráter isolado, independente e individual.

4. Conclusões

Encontraremos particularidades que são refletidas entre os pares no seu cotidiano, nas histórias contadas e recontadas. Desse modo, as identidades culturais – como foram ditas no segundo capítulo – representam, na verdade, uma maneira da comunidade resistir ao modelo homogenizador e dominante imposto pela sociedade (CASTELLS, 1999). Elas são estruturadas pelas particularidades da comunidade tradicional e, de certa maneira, fomentam a organização da consciência coletiva, quando há o reconhecimento social na dimensão comunitária e, assim autoidentificação. Há, então, uma perspectiva que pode definir a identidade de resistência e de projetos na e para a comunidade, o que colabora para que haja o sentido de justiça social.

Em outras palavras, diante das significações e representações simbólicas, é perceptível a constituição e reconstrução da memória social e coletiva como possibilidade de sobrevivência do modo de vida, concebida pela autoidentificação. Dessa forma, o modo de vida teria redefinições mediante às novas urgências, desafios, experimentações, dificuldades e necessidades sociais compartilhadas pela comunidade tradicional. Além disso, há ressignificações no ato de narrar seja oral ou escrito e, ainda, há possibilidade de organizar os fatos que estão sendo contados. Estes, por sua vez, passam a ser contemplados na comunidade como acontecimentos que constituem a memória social e coletiva e, conseqüentemente, a identidade cultural dessa comunidade pesqueira artesanal cabista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Nilo Lima de; JUNIOR, Wilson Coury Jabour (Org). *Reflexões e olhares: o patrimônio cultural de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Funalta, 2012. p. 17-42.

BEGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento*. 22. ed. Trad. de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.

BENJAMIM, Walter. *Magia, técnica e política*. Ensaio sobre literatura e história da cultura. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade* – lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

DURKHEIM, Émile. *Les règles de la méthode sociologique*, Paris, 1995.

ERRANTE, Antoinette. Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. In: *História da Educação*. AS-PHE/FaE/UFPeL, Pelotas, n. 8, set, 2000. p. 141-74

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento*. São Paulo: Editora 34, 2009.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Volume II. Lisboa: Edições 70, 2000.

MALUFF, Sônia Weidner. Antropologia, narrativas e a busca de sentidos. In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 5, n. 12, dez. 1999. p. 69-82

ORLANDI, Eni P. *Análise do discurso: princípios e Procedimentos*. 4. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2002.

PEREIRA, Wilnes Martins. *Arraial do Cabo seus contos e seus encantos*. Rio de Janeiro: Hoffmann, 2013.

PRADO, S. M. *Da anchova ao salário mínimo: uma etnografia sobre injunções de mudança social em Arraial do Cabo/RJ*. Niterói: EDUFF, 2002.

REUTER, Yves. *A análise da narrativa: o texto, a ficção e a narração*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002. (Enfoques, Letras)